



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES  
CURSO DE PSICOLOGIA  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA  
PROFESSOR ORIENTADOR: FERNANDO LUIS GONZÁLEZ REY

## **Reflexões teóricas sobre a subjetividade social.**

Thiago Augusto de Araujo Faria RA: 20946567

Brasília/DF  
Julho / 2014

Thiago Augusto de Araujo Faria

## **Reflexões teóricas sobre a subjetividade social.**

*Monografia apresentada  
como requisito para a conclusão do  
curso de Bacharelado em Psicologia  
pelo Centro Universitário de Brasília  
(UniCEUB), orientada pelo professor  
Fernando Luis González Rey.*

Brasília/DF  
Julho / 2014

Thiago Augusto de Araujo Faria

## **Reflexões teóricas sobre a subjetividade social.**

*Monografia apresentada  
como requisito para a conclusão do  
curso de Bacharelado em Psicologia  
pelo Centro Universitário de Brasília  
(UniCEUB), orientada pelo professor  
Fernando Luis González Rey.*

Brasília, 15 de Julho de 2014.

### **Banca examinadora:**

---

Dr. González Rey/ Dra. Valéria Mori

Orientadores

---

Dra. Camila Morais

Examinadora

---

Dra. Suzana Joffily

Examinadora

Dedico esta monografia a minha família, relacionamentos, amigos, professores e todos aqueles que contribuíram para minha formação enquanto ser-no-mundo.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma foram importantes para a minha formação.

Agradeço especialmente ao professor Fernando González Rey, meu orientador, por ter me permitido aproximar de suas obras e debates. Em diferentes semestres ao longo do curso tive a oportunidade de aprender muito com ele, o qual sempre mostrou-se interessado e confiante nas minhas produções (por mais que momentos difíceis e de crise tenham ocorrido). O Professor Fernando é uma das minhas grandes fontes de inspiração para o possível futuro percurso de pesquisador e escritor. Não poderia deixar de ressaltar e agradecer especialmente pelo grande esforço que fez para ajudar e apoiar seus orientandos nessa reta final da conclusão do curso e da monografia.

A minha grande amiga professora Valéria Mori, agradeço enormemente, principalmente por ter confiado nos meus estudos e ter me apresentado a diversas pessoas e materiais, com os quais pude desprender bastante tempo e empenho, aprimorando meus conhecimentos. Agradeço também por todo apoio ao longo do curso, sempre se mostrando aberta e receptiva as minhas dúvidas e questionamentos e a força que ela me deu no período em que eu era seu monitor e nos momentos em que substituiu o professor Fernando Rey. A professora Valéria foi um verdadeiro porto seguro ao longo do curso, pessoa que tenho verdadeira admiração e compaixão.

Agradeço também aos seguintes professores que foram bastante significativos para meu desenvolvimento no curso: Rogério Souza; Tatiana Lionço; Marcella Prottis; Alexandre Russo; Sérgio Alves; José Bizerril; Alejandro Oliviere; Kleuton Silva; Ciomara Schneider; Tânia Inessa; Cynthia Ciarallo; Laura Rodrigues; Ana Flávia Madureira e Ingrid Raad. Não poderia deixar de lembrar dos professores da Unb que também participaram desse processo, especialmente: Scoot Paine; Júlio Cabrera e Gerson Brea.

Agradeço minha família por ter estado sempre ao meu lado e por ter financiado meus estudos. Sem este apoio financeiro e também emocional eu não teria percorrido metade do que pude percorrer. Agradeço a todos pela compreensão das ausências em diferentes eventos em função das prioridades acadêmicas, principalmente por ter realizado a maioria do curso noturno. Não poderia deixar de agradecer especialmente aos sem dúvidas, orgulhosos pais e ao meu avô, com quem partilho minha vida mais íntima desde o nascimento.

Agradeço também a minha ex-namorada pela paciência e apoio, especialmente nos momentos em que não pude estar com ela por causa dos estudos. Não poderia esquecer dos amigos que fiz ao longo do curso e que por vezes me ensinaram mais do que aquilo previsto pelas aulas. Agradeço especialmente pelos amigos que fiz antes do curso e primos os quais acompanharam e me ajudaram em toda essa jornada, principalmente aos amigos: Jayme, Lucas, Roger, Nandinho e Yves.

"Se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes." - Isaac Newton

## RESUMO

Para este trabalho nos delimitaremos a ideia de uma psicologia histórico-cultural que diz respeito à natureza simbólica da realidade humana como realidade cultural, significando o que é produzido de forma histórica, na relação com diferentes perspectivas que impactam a compreensão do social e conseqüentemente da Psicologia. González Rey (2012) considera que o social em sua complexidade se constitui em formas singulares de ação, tanto individuais, como sociais, que tem como característica a configuração particular da subjetividade social e individual, se desdobrando através de sentidos subjetivos diferentes. Nosso objetivo aqui está perpassado em pensar a relação da categoria de subjetividade social em contato com outras teorias e o possível impacto para a compreensão da experiência humana. São tratados os autores: González Rey, Vygotsky, Marx, Morin, Castoriadis, Baró, Foucault, Goffman, Moscovici, Lane, Sawaia e Parker. É fundamental o exercício teórico da relação e dos impactos para a compreensão da subjetividade social e conseqüentemente para a psicologia social.

Palavras-Chaves: Histórico-cultural, González Rey, Subjetividade Social.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAPÍTULO I: SUBJETIVIDADE SOCIAL EM SUA GÊNESE .....	6
3. CAPÍTULO II: INSTITUIÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	14
4. CAPÍTULO III: SUBJETIVIDADE SOCIAL EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
6. REFERÊNCIAS .....	40

## INTRODUÇÃO

A história da Psicologia tem sido marcada por dificuldades na definição teórica dos termos em que se debruça; pensar em termos de psicologia social certamente não foge a essa perspectiva. Para este trabalho especificamente, nos delimitaremos a ideia de uma psicologia histórico-cultural que diz respeito à natureza simbólica da realidade humana como realidade cultural, significando o que é produzido de forma histórica, na relação com diferentes perspectivas que impactam a compreensão do social e conseqüentemente da Psicologia.

Esse caráter simbólico nos permite problematizar algumas construções difundidas na psicologia e que têm marcado o seu perfil individualista ocidental. Pensar em formas complexas da subjetividade social e da criação humana tem sido ênfase de uma perspectiva que começou a se desenvolver entre os filósofos marxistas soviéticos da década de oitenta, quando passavam por um diferenciado clima político e social.

No desenvolvimento deste processo, emergiu a compreensão de uma qualidade exclusiva aos seres humanos na qual o simbólico se integra com o emocional num processo que compreende toda experiência humana. Para González Rey (2012):

A “delimitação” do social sofre uma importante modificação com a emergência do tema da subjetividade numa perspectiva histórico-cultural. (...) O social não é externo ao ser humano, o caráter simbólico dos processos sociais nas condições da cultura representou um momento diferenciado no psiquismo humano, que permitiu que a psique humana transcendesse aos sinais do ambiente e se tornasse geradora das próprias realidades em que ela configura e desenvolve.” (González Rey, 2012, p. 170).

Tendo isso em vista, é bastante difundida a noção do impacto da linguagem e do pós-estruturalismo na Psicologia, que abriu novos caminhos que levaram ao desenvolvimento de

teorias psicológicas que se caracterizaram por críticas às bases teóricas e aos princípios epistemológicos sobre os quais se sustentou a Psicologia nessa primeira parte do século XX.

O discurso como prática em Foucault (1996), por exemplo, teve um forte impacto numa Psicologia que até então não tinha encontrado uma definição ontológica capaz de acompanhar as suas diversas práticas e áreas de construção teórica. Com isso, Foucault vê na linguagem uma forma constituída na sociedade, em que os discursos já circulam longamente, onde é possível analisar os próprios discursos, desfazendo-se os laços aparentemente tão fortes entre o social e o individual, onde se destaca um conjunto de regras próprias da prática discursiva.

Já Moscovici (2003) pretende mostrar como produções simbólicas organizadas nas práticas sociais constituem a ação individual para além da consciência, porém, as contradições que essa teoria apresentou no curso de seu desenvolvimento levaram a que fosse alvo de críticas por alguns representantes de um novo movimento que se instituía ao calor dessas novas posições, o construcionismo social. Tais críticas estavam dirigidas ao carácter representacional que estava na base da teoria das representações sociais. O que parecia estar em jogo era a emergência de uma nova teoria que procurava legitimar seu espaço enquanto novidade.

O desenvolvimento do construcionismo social fez com que o social ganhasse uma nova força a partir de sua definição como prática simbólica compartilhada e contextual. O desenvolvimento do tema do simbólico, tanto na filosofia como nas ciências sociais abre novas temáticas para as Ciências Sociais e para a Psicologia, possibilitando opções tanto para a compreensão do social, como para avançar numa nova perspectiva no tema da subjetividade (González Rey, 2012).

Existe uma importante contribuição que ocorre na quebra da ideia de uma realidade objetiva única, passível de ser descoberta e garantida a partir de um posicionamento objetivo

para julgar de forma universal dimensões éticas, políticas ou de qualquer outro domínio. O reconhecimento da natureza simbólica das práticas humanas, do psiquismo humano e da realidade cultural, relativiza processos que se definem histórica e culturalmente, causadores de impacto para a Psicologia.

No nosso contexto mais próximo, a professora Sílvia Tatiana Maurer Lane (1894) tem uma interessante trajetória de vida profissional no campo da Psicologia Social, que faz dela uma das mais importantes influências no desenvolvimento de um projeto de compromisso social. Sua produção teórica permitiu a construção de novas perspectivas no campo da Psicologia Social, sendo responsável pelo desenvolvimento da perspectiva sócio-histórica na Psicologia Social no Brasil. Suas ideias sobre a prática permitiram a construção da Psicologia Social Comunitária, em que o empenho na América Latina criou intercâmbios e trocas, fortalecendo o diálogo no campo da Psicologia entre profissionais deste continente.

Outra autora em Psicologia Social, Bader Sawaia (2001) tenta assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em suas atuações, movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem como em outras ações de caráter coletivo e no enfrentamento de dificuldades geradas pela falta de referencial que oriente as práticas. Essa perspectiva, em minha opinião, extrapola uma dimensão romantizada do individual, e traz a tona o sujeito enquanto parte e também perpassado por questões mais amplas e sociais.

Já no contexto internacional, Erving Goffman (1975) foi um cientista social e escritor canadense. Estudou a interação social no dia-a-dia, especialmente em lugares públicos, em que desenvolve a ideia de que o mundo é um teatro e cada um de nós, individualmente ou em grupo, teatraliza ou é ator consoante as circunstâncias em que nos encontremos. Abordou também com especial atenção o que chamava de "instituições totais", estudando lugares onde

o indivíduo era isolado da sociedade, tendo todas as suas atividades concentradas e normatizadas.

Ignácio Martín- Baró (1998) foi um erudito fortemente influenciado pela Teologia da Libertação, psicólogo social, filósofo e padre. Baró (1998) argumentou que a psicologia deve ser desenvolvida para abordar o contexto histórico, as condições sociais e as aspirações do povo, em seus escritos e palestras, ele rejeitou a ideia de uma psicologia imparcial/universal, e desenvolveu uma psicologia comprometida com os projetos de sociedades alternativas que existiam na América Latina. Seu trabalho inspirou o desenvolvimento da psicologia da libertação na América Latina e psicologia comunitária em todo o mundo.

Atualmente, Ian Parker (1992) é um importante autor contemporâneo, professor de Psicologia na Unidade de Discurso na Universidade Metropolitana de Manchester. É uma das figuras centrais da psicologia crítica na Grã-Bretanha, dentre suas publicações mais importantes está o livro: *O discurso Dinâmico: Análise Crítica de Psicologia Social e Individual* (London: Routledge, 1992). [tradução própria] Este livro faz parte de uma onda de investigação que desconstrói a psicologia individual, quebrando limites entre psicologia social e em outras diferentes partes do campo. Seus capítulos ilustram de forma crítica a maneira com que a análise do discurso pode ajudar a reformular o que é que psicólogos do desenvolvimento social e da personalidade, teóricos e cientistas cognitivos estão fazendo quando tentam estudar o que se passa "dentro" do indivíduo.

Um importante antecedente da forma de pensar o social refere-se à proposta de Castoriadis (1975), onde constantemente integra social e subjetividade como ontologia compartilhada em diferentes níveis. A constante presença do social na subjetividade, e na trama social da ação individual, é bem expressa por Castoriadis ao explicitar uma condição alienada.

Para Castoriadis (1975), observa-se a possibilidade de que o socialmente instituído se imponha de tal maneira sobre o sujeito, que este fique reduzido na expressão de sua subjetividade. Essa tensão permanente entre o indivíduo e os processos institucionalizados de sua vida social nunca é externa uma a outra, emergindo de múltiplas maneiras, de forma a constituírem em um processo que acontece de forma singular tanto nos espaços sociais perpassados por essas dinâmicas, como nas pessoas que compartilham suas práticas nesses próprios espaços.

Com isso, podemos compreender que o social não é um sistema de práticas e discursos simbólicos que emergem apenas no curso de práticas situadas em contextos; González Rey (2012) considera que o social em sua complexidade se constitui em formas singulares de ação, tanto individuais, como sociais, que tem como característica a configuração particular da subjetividade social e individual, se desdobrando através de sentidos subjetivos diferentes.

O posicionamento desde a perspectiva teórica da subjetividade defendida por González Rey (2003, 2004) enfatiza a presença de um sistema diverso e processual, que se organiza em diferentes formas sociais de subjetivação que mantém um relacionamento recursivo entre si, se configurando umas nas outras de formas singulares nos distintos cenários e práticas sociais, definido como subjetividade social (González Rey, 1993, 2003, 2004). Essa subjetividade social está perpassada por configurações subjetivas que emergem em todo espaço social, macro ou micro social. Esses espaços sociais se configuram e reconfiguram de forma permanente e por diferentes vias, sendo uma delas as próprias configurações subjetivas das pessoas que compartilham práticas sociais.

## CAPÍTULO I: SUBJETIVIDADE SOCIAL EM SUA GÊNESE

Antes de pensar na relação da categoria de subjetividade social em contato com várias teorias e o possível impacto para a compreensão da experiência humana, é pertinente apresentar sua definição teórica, bem como entender como e em que contexto essa noção surgiu, fazendo sentido para o que se propõe.

Morin (1994) é um importante epistemólogo contemporâneo e pode nos ajudar a pensar a partir de sua teoria da complexidade, uma vez que nos mostra não só a importância de nos situar na compreensão de problemas científicos, mas também chama atenção para o problema da inseparabilidade, onde especificamente em Ciências Sociais, é comumente mais importante agregar perspectivas em detrimento de separá-las, justificando a relevância da proposta apresentada no sentido de relação teórica para melhor compreender a sociedade em que estamos inseridos e estudando.

Portanto, está em questão o problema da inseparabilidade. Em certas ciências, não podemos separar... fazer como se o observador ou o formulador não existissem. Não é apenas no domínio da microfísica que ocorre uma perturbação na observação dos fenômenos observados, nem que seja porque há luz, portanto fótons que perturbam o fenômeno. Mas, enfim, qualquer pessoa que tenha estudado um pouco de sociologia ou de antropologia sabe que somos obrigados a nos situar, reconhecer-nos a nós mesmos para falar da sociedade da qual fazemos parte. (Morin, 1994, p. 26).

Para Morin (1994), toda construção de conhecimento é uma tradução e uma consequente reconstrução. Não existe um conhecimento absoluto, ao contrário, o conhecimento é sempre passível de relações, erros e ilusões e está sujeito ao seu macrocosmos. O que pensamos sobre uma dada realidade, na verdade é uma interpretação particular, individual e só partilhada através da linguagem em níveis mais amplos, em que

continua a mesma lógica de separação e disjunção. A discriminação social, a estratificação das pessoas em camadas sociais ou em níveis sociais, as guerras e a falta de diálogo intercultural, são exemplos da dificuldade em lidar com tais questões, ou seja, a incapacidade de compreender as necessidades e os pontos de vista do outro, de outra cultura, de outra comunidade.

A abordagem histórico-cultural foi compartilhada pelos mais importantes estudiosos do desenvolvimento da Psicologia soviética, onde aparece associada principalmente à figura de Vygotsky (1999), tanto porque esse foi o termo escolhido por ele para definir sua própria teoria, quanto pelo fato de que Vygotsky tenha sido estudado em separado em relação ao contexto da psicologia ocidental.

A questão da subjetividade não se encontrava explícita na psicologia soviética pela predominância de uma imaginação materialista. Vygotsky e Rubinstein encontraram princípios importantes que levam a uma compreensão diferente da psique em termos de cultura e que estão comprometidos com uma nova compreensão da mente humana, essencialmente relacionada com a questão da personalidade em diferentes momentos do trabalho de ambos os autores.

Foi no último período da obra de Vygotsky em 1934, mais precisamente em “Pensamento e Linguagem” ou “Pensamento e Palavra”, que o autor introduziu o conceito de sentido, apesar de este não ter sido desenvolvido em suas mais diversas potencialidades para a Psicologia, representou uma transformação no entendimento geral da psique, como associado a ele, aparece pela primeira vez em sua obra o reconhecimento do caráter ativo gerador da psique, que Gonzalez Rey (2008) considera essencial para o nível subjetivo nos processos humanos.

Quando Vygotsky (1999) reconhece o surgimento de um conjunto de elementos psíquicos da consciência como resultado da palavra, González Rey (2004) compreende um

processo dinâmico, fluído e complexo. Vygotsky tenta encontrar unidades da vida psíquica que, simultaneamente, expressam o responsivo com a processualidade da língua e, ao mesmo tempo expressam uma estabilidade relativa, permitindo que estas novas unidades representem parte da vida psíquica humana. Seria um sistema construído em um tipo totalmente diferente de unidade psíquica, desta vez formada em relações humanas através da linguagem.

A psicologia soviética foi fortemente influenciada pelo Marxismo e houve a tentativa de desenvolver uma psicologia que expressasse aqueles princípios gerais sobre os quais se começava a construir uma nova sociedade. Esse foi um processo complexo, que desdobrou em um amadurecimento de várias gerações que de forma progressiva foram se aproximando da compreensão da significação do Marxismo para a psicologia atual.

Não querendo estabelecer uma separação entre luta econômica e luta política, Marx (1867) propõe uma interação entre ambas dimensões, pois, quando se analisam as lutas conduzidas pelas classes dominadas ao longo dos séculos XIX e XX, é possível perceber que mesmo as ações que não colocam em xeque a reprodução do modo de produção capitalista produzem um impacto político e conseqüentemente na forma de compreensão do social.

Compreender o posicionamento de classes requer a análise das condições subjetivas, materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes e etc. A percepção, muito embora difusa, da natureza de classe da sociedade capitalista, que funda e perpassa os antagonismos sociais é o elemento que permite às classes dominadas se articular e construir uma ação para além das identidades específicas.

Desse modo, o problema é que houve uma tentativa de aplicação de forma mecânica às categorias propostas por Marx (1998) à Psicologia, o que, por exemplo, se expressou no seu intento de reduzir o complexo problema da essência social do homem à questão da psicologia de classes. Mesmo com estas limitações, houve uma aplicação do Marxismo à Psicologia, procurando a independência do psíquico reflexológico. Ao redor de Kornilov se

agrupou um conjunto muito valioso de jovens cientistas entre os quais se encontravam Vygotsky, Luria e Leontiev.

As pretensões de desenvolver uma aproximação Marxista à Psicologia oscilavam, na época, entre o reducionismo reflexológico e o sociologizante. Vygotsky (2008), por exemplo, ganhou destaque na psicologia norte americana em meados da metade do século XX, quando foi possível realizar suas traduções e um breve estudo de seus ensaios, entendendo-se que o escopo do trabalho estendia-se muito além do pensamento ou da linguagem. Além disso, ficou evidente que as traduções norte-americanas foram feitas a partir de lentes positivistas, em que muitos autores faziam de Vygotsky, um neobehaviorista do desenvolvimento cognitivo, algo que poderia ser facilmente desfeito pela leitura dos ensaios originais. Com isso, vale a pena ressaltar que este trabalho não faz uso desse tipo de interpretação, aproximando-se mais da originalmente soviética.

A ênfase do construcionismo social no significado, diferente de Vygotsky, precisamente pelo reducionismo relacional que o caracteriza, pensa que tudo o que até hoje tem sido sinalizado como processos psicológicos, como práticas discursivas e como o emocional não se pode reconhecer uma gênese na complexidade do sujeito e, assim, reduz tudo a um fenômeno intrínseco da própria relação.

Entendemos que os significados construídos socialmente sempre existem em configurações muito mais complexas que os próprios jogos de linguagem, onde as emoções e seus desdobramentos simbólicos têm uma presença que o sujeito não é capaz de perceber, com isso, o construcionismo social, assim como alguns representantes do pós-estruturalismo, compartilham a ideia de que todo fenômeno é reduzido às relações e ao contexto, algo que vem do estruturalismo, mas que se perpetuou em seus desdobramentos.

Para a teoria da subjetividade de González Rey (2005), a qual a subjetividade social é uma categoria, o sentido subjetivo referencia uma condição subjetiva de produção de

experiências do sujeito, mediante processos simbólico-emocionais. Tais experiências não são reflexos dos espaços sociais ou aspectos objetivos da realidade, por isto é assumido em seu caráter subjetivo, não se esgotando a nenhum sistema externo à própria organização qualitativa dos processos em desenvolvimento.

A subjetividade é definida então por González Rey (2005) como a organização dos processos de sentido subjetivo (individual) e de significado a partir do simbólico (compartilhado) que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis na personalidade e por meio de configurações subjetivas, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua. Vale ressaltar que enquanto sujeitos, nunca estamos isolados e isentos dessas relações e dos espaços contextuais em que ocorrem, bem como de sistemas de configurações dos elementos subjetivos que integram as diversas atuações do indivíduo pela geração de emoções, produzindo ativamente as diferentes formas de estar no mundo.

A história individual está presente não como no passado, mas na configuração subjetiva da experiência atual, onde o passado alimenta o presente, e um presente que se faz sempre diferente nas configurações subjetivas múltiplas e simultâneas que caracterizam a vida em seus diferentes contextos e áreas. Essas diferenças fazem com que, mesmo concordando com um amplo leque das críticas e das questões levantadas pelo construcionismo, as nossas alternativas frente a elas são diferentes que as oferecidas por esse movimento teórico.

Tendo isso em vista, a subjetividade social pode ser compreendida como a maneira em que se relacionam os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas atuais que emergem em diferentes espaços sociais, onde o que acontece em cada espaço social particular é alimentado por produções subjetivas de outros espaços e nada está “solto”. (González Rey, 1993, 2003, 2004) Nosso foco aqui está em ampliar o horizonte teórico (multiplicidade de ferramentas) que nos permitem pensar essa interação dialética social-individual.

Na subjetividade social, ocorre uma infinidade de efeitos e contradições em todas as esferas da vida social que são inacessíveis aparentemente. Integram subjetividades sociais, produções subjetivas individuais em cada espaço social específico, produções institucionais e uma mescla de processos subjetivos que têm sua gênese em várias outras áreas da vida social, se reconfigurando em relação a cada uma das novas configurações subjetivas sociais. É interessante que um sujeito “carrega” processos subjetivos em seu trânsito através de múltiplos espaços sociais ao mesmo tempo, não existindo uma separação entre eles. A pessoa é um sistema complexo dentro de vários sistemas sociais nos quais interage.

Castoriadis (1982), por exemplo, afirma o caráter dinâmico e de alteração permanente da sociedade, possibilitado pelo coletivo que relaciona cada sociedade a outras sociedades. É por um lado, estrutura dada, instituições e obras "materializadas", sejam elas materiais ou não; e por outro, o que estrutura, institui, materializa. Em uma frase: “é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo.” (Castoriadis, 1982, p.131).

Toda sociedade é inventada e inserida historicamente, portanto, a criação da sociedade como tal implica na criação de um mundo de significações dentro do qual ela própria pode fazer sentido e existir. As significações implicam em perpetuar certa ordem, pois tudo o que existe significa algo, ou então é declarado enquanto sem significação. São as significações que concedem unidade e coesão à sociedade e seus indivíduos.

Para González Rey (2003), Castoriadis (1982) propõe uma nova forma de se pensar a Psicologia, a partir da compreensão do homem nos diversos processos nos quais está inserido, como a cultura e a história. Analisa a questão da subjetividade em Castoriadis salientando que este parte do Marxismo assim como os soviéticos sem, no entanto, deixar de se posicionar criticamente em relação a estes, a fim de construir um pensamento próprio e original.

Castoriadis (1975) rebate a concepção estruturalista segundo a qual não há lugar para a luta de classes e da mesma forma, critica o conceito marxista de alienação, pois considera que o trabalhador age em diferentes espaços e tem possibilidades de organização e resistência. Essa ideia encontra respaldo na questão da autonomia, que está estreitamente relacionada à capacidade que os homens têm de criar e instituir seu mundo, sendo capazes de questionar e recriar suas próprias leis.

O ponto central de pensamento de Castoriadis (1982) é a capacidade criadora do homem que possibilita a existência da sociedade da forma como está estruturada, pois, a produção material da sociedade não é diretamente o símbolo, mas é impossível sem uma rede simbólica, daí a importância destinada à questão da linguagem. Não se pode separar a sociedade de sua história, e a história implica em alteração, movimento e mudança. Considero que as próprias categorias com as quais pensamos a história também são produtos da história e transformam-se em formas de conhecê-la. Neste sentido, “O mundo histórico é o mundo do fazer humano” (Castoriadis, 1982, p.90).

González Rey (2005) considera que Castoriadis foi bastante relevante para a elaboração de seu conceito de subjetividade social (Gómez & González Rey, 2005). González Rey assim se refere à Castoriadis:

Esse autor foi o primeiro que disse: a sociedade não funciona por nenhum dos artefatos objetivos, mas por uma instituição imaginária que se expressa em relações subjetivas. Isso se apoia no conceito que ele formulou de sociedade autônoma, e que eu defendo... (Gómez & González Rey, 2005, p.382).

A subjetividade social não é uma instância que está para além do indivíduo e que existe independente das pessoas, é um sistema de sentidos subjetivos e configurações subjetivas instaladas em sistemas de relações sociais, atualizado padrões de significados subjetivos que caracterizam as relações entre as pessoas que compartilham o mesmo espaço

social. Porém, isso não forma produção subjetiva apenas pelo modo como estas relações são organizadas no decorrer do tempo, mas os sentidos subjetivos configurados em torno de relações de poder, códigos e valores prevaletentes nos espaços sociais, diferem das formas de penetrar sistemas de relações dentro desses espaços.

Todo o material é simbólico-emocional e os sentidos subjetivos ocorrem na experiência de vida das pessoas, mas essas não internalizam as operações, mas sim como produções resultantes do confronto e interação entre as configurações subjetivas de sujeitos individuais envolvidos no campo da atividade social e os significados subjetivos que emergem das ações e processos vividos por estes assuntos dentro desses espaços, que são inseparáveis das configurações de subjetividade sociais, onde cada espaço de vida social é então integrado.

## CAPÍTULO II: REPRESENTAÇÕES E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Considerando-se o impacto para a noção de subjetividade social, o importante autor espanhol Ignacio Martín Baró(1989) considera que as pessoas e os grupos mantêm entre si uma multiplicidade de relações que envolvem aspectos muito diversos da existência, que se apoiam em diferentes recursos, capazes de implicar fatores de que quem domina uma relação pode ser dominado em outra.

Mais do que indicar a relevância de pensar a questão do poder nas relações cotidianas, Martín-Baró (1997) chama a atenção para o fato de que do ponto de vista da psicologia social, um dos aspectos mais importantes do poder está relacionado à sua tendência a ocultar-se e negar-se como tal, ou seja, como poder; e apresentar-se como exigência natural ou razão social. Para Martín-Baró (1997) isso pode ser explicado pelo privilegio do bem individual sobre o bem coletivo, que estimula a violência e a agressão como meios para conseguir a satisfação individual. Afirma:

(...) A conclusão mais importante que se segue é também a mais óbvia; a violência já está presente no mesmo ordenamento social e, portanto não é uma violência de indivíduos (...) pelo contrário, trata-se de uma violência da sociedade enquanto totalidade, ao contrario não entra em crises, se impõe com uma naturalidade da qual não é consciente em forma reflexa. (Martín-Baró, 1997, p. 110).

A socialização nesse sentido é um processo histórico, caracterizado por sua concretude temporal e espacial, definido pelas circunstâncias próprias de cada situação histórica, em que Martín-Baró (2005) afirma que a análise dos processos de socialização

"requer examinar como variáveis fundamentais em que sociedade, em que classe social, em que grupo, em que época, em que situação, em que conjuntura tem lugar esses processos" (Martín-Baró, 1997, p.115).

A análise do impacto do processo de socialização desenvolvido conforme a estrutura social na subjetividade humana indica que as relações promovem a constituição de suas próprias características. Isso se faz por meio de aspectos simbólicos da subjetividade social, ou seja, por meio das nomeações, das identificações e diferenciações, que no processo de socialização que vão se materializando, tornando os homens únicos e singulares, ao mesmo tempo em que são gerais e sociais.

Portanto, a compreensão de subjetividade social abarca aqui mais que a forma limitada como os membros de uma sociedade chegam a compartilhar valores, princípios e normas. Martín-Baró (1998) contribui no sentido de que a socialização representa processos psicossociais nos quais o indivíduo se desenvolve historicamente como pessoa e como membro de uma sociedade, ou seja, é parte constituinte de todos nós.

É sob tais pressupostos que considera a violência como produto social e político, cujo objetivo está voltado para atender às necessidades da classe hegemônica. Como se apresenta naturalizada, a racionalidade da violência concreta, pessoal ou grupal, tem de ser historicamente referida à realidade social que a produziu e que a afeta, pois só à luz dessa realidade é que os resultados da violência mostram os seus sentidos subjetivos próprios. O que, para Martín-Baró (1997), demonstra que a violência surge e se mantém na estruturação dos interesses de classe, que promovem sua justificativa ou condenação de acordo com aquilo que lhe é conveniente.

O autor analisa também que na perspectiva da psicologia social pode ser muito mais interessante a análise do papel do poder na vida cotidiana, no dia-a-dia das pessoas, do que se centrar nos acontecimentos excepcionais e não rotineiros (1989). Visão que mostra a

impossibilidade de pensar qualquer relação humana sem o poder e que remeteu Martín-Baró ao trabalho de Foucault (1979, 1984) sobre o que este chamou de Microfísica do Poder.

Sendo assim, a afirmação cria também a necessidade de romper com o mito de que poder é sinônimo de algo sempre negativo e violento, como é comumente tratado.

Os trabalhos de Michel Foucault (1979), suas publicações e pesquisas em diversas áreas do conhecimento tiveram forte impacto na Psicologia, unidos concomitantemente aos diferentes movimentos críticos que começaram a aparecer em meados dos anos 70. Os estudos de Foucault estiveram basicamente relacionados a instituições disciplinares, em que o autor pensa a sociedade de forma profunda, relacionando em certo sentido, o impacto dessas instituições para a construção do social e conseqüentemente para a subjetividade social.

Foucault (2008) considera que: “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (Foucault, 2008, p. 121). Entretanto, a organização espacial; horários; escala hierárquica; tudo leva a pensar que as instituições para a prescrição de comportamentos humanos são estabelecidos e homogêneos, onde os corpos devem ser dóceis e portanto corpos maleáveis e moldáveis, o que significa que se por um lado a disciplina se submete ao corpo num ganho de força pela sua utilidade; por outro lado, perde força pela sua sujeição à obediência política.

Poderíamos pensar que essa prescrição de comportamentos também ocorra no âmbito da subjetividade por meio de uma homogeneidade social? Em que, por mais que as formas de produção de sentido sejam únicas e singulares, os significados compartilhados disfarçam as especificidades. Foucault (2008) afirma que se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, a coerção disciplinar estabelece o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada, parecendo caracterizar a maioria da conduta social contemporânea.

O autor analisa as diferentes instituições a partir do dispositivo panóptico, de vigilância e invisibilidade, em que destaca: “o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens (...)”(Foucault, 2008, p. 169). Essa complexidade trazida por Foucault é tema da psicologia social por influenciar na forma de compreensão do social, em que é preciso conhecer as condições em que cada sujeito atua e como a produção de sentidos se associa a esses espaços sociais.

Considera que o panoptismo funciona como um dispositivo invertido do espetáculo, em que poucos assistem ao que acontece com a multidão. Foucault (1979) explica que os “discursos de verdade” da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e aprisionam os sujeitos, porém, para a psicologia social é preciso deixar de ver o homem e a sociedade como resultados de condições objetivas e de formas racionais de organização, uma vez que a sociedade e a subjetividade são sistemas abertos que podem ser influenciados no curso da ação de seus protagonistas, não podendo em termos subjetivos assim, estarem aprisionados.

Para além do caráter físico institucional, podemos extrapolar esse pensamento em termos subjetivos, pensando nos diversos mecanismos simbólico-emocionais capazes de impactar nos diferentes modos de ser individuais, formando uma verdadeira teia de subjetividade social homogeneizada, onde pouco se tem espaço para um reflexão que transcenda seus limites.

Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, os recursos, os meios de subsistência, o território e suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir e pensar etc. (Foucault, 1979, p. 282)

Foucault (1979) considera que cada sociedade tem seu regime de funcionamento, isto

é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros, para tanto, vê as tecnologias de poder como produtoras da subjetividade, Foucault (2008) perpassa ,por exemplo, pela distribuição espacial “o espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob o olhar do mestre (...)”(Foucault, 2008, p. 125).

No livro *Vigiar e punir*, Foucault (2008) retrata além da ordem disciplinar, os dispositivos que a fazem ganhar força, pela ordenação espacial, sanção normalizadora e exame, perfazendo um meio de instituir ordem e alçar eficiência e utilidade econômica. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado, vindo a reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, demonstração de força bruta e postulação daquilo que seria uma verdade, mas a psicologia social se preocupa com o sujeito em seu cotidiano e não podemos reduzir sua complexidade ao impacto institucional, fazendo com que se por um lado Foucault tenha uma contribuição naquilo a ser considerado, por outro deixa questões a desejar para nossa discussão sobre a produção dos sentidos subjetivos.

As análises institucionais de Foucault (2008) não representam meramente uma crítica pura e sem direcionamento, mas trazem reflexões aos sistemas instituídos no interior dessas instituições e conseqüentemente trazem desdobramentos para a reflexão e entendimento da subjetividade social, pois, à medida que ocorre sua progressão histórica, marcam profundamente os modos de ser dos diferentes sujeitos situados histórica e culturalmente.

Pensando em termos de instituições, a obra de Erving Goffman (1975) surgiu em um contexto acadêmico em que predominava a sociologia das explicações de tipo macro estrutural, expressa em diferentes vertentes, como por exemplo, funcionalismo; marxismo; estruturalismo e refere-se a um momento em que os procedimentos quantitativos eram considerados como com legitimidade científica. Seus trabalhos coincidem também com a

emergência de uma variedade de explicações individualistas, como o behaviorismo, a teoria das trocas sociais, o individualismo metodológico etc.

Apesar do trabalho de Goffman ter sido concebido numa dimensão sócio histórica específica (sociedade norte-americana entre 1950 e 1970), os inúmeros conceitos desenvolvidos por Goffman para investigar a interação social têm contribuído para analisar uma variedade de fenômenos que ocorrem em diferentes contextos da sociedade contemporânea. Para Goffman (1975) “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (Goffman, 1975, p. 11).

Este autor em questão considera que o ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes participantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral, onde ao inserir-se numa instituição social, passa a agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de atividades impostas. Goffman (1975) acredita que o processo de estigmatização se dá pela interação entre as pessoas, porém, não focalizou seus estudos nos efeitos do estigma para o social.

Quando a instituição social se organiza de modo a atender os indivíduos internados em situações semelhantes, separados da subjetividade social mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal que se baseia no discurso de atendimento aos objetivos institucionais, apresenta tendência de “fechamento”, o que vai simbolizar o seu caráter “total” institucional, criando novos aspectos de uma subjetividade social própria.

Esse caráter total da instituição age sobre o internado de maneira que o impacto da subjetividade social sobre o individual passa por transformações dramáticas do ponto de vista pessoal e do seu papel social. Quando o paciente chega ao hospital, por exemplo, ele sofre

um processo de “despersonalização” que suprime a “concepção de si mesmo” e a “cultura aparente” que traz consigo, formadas na vida familiar e civil e não aceitas ali.

Este processo ocorre em consequência do seu papel na vida civil pela imposição de barreiras no contato com o mundo externo, do “enquadramento” pela imposição das regras de conduta, do “despojamento de bens” que o faz perder seu conjunto de identidade e segurança pessoal, e da “exposição contaminadora” através de elaboração de um dossiê que viola a reserva de informação sobre o seu ser. Esses mecanismos, além de perturbarem a relação entre indivíduo e seus atos, causa uma profana ação, em que a autonomia e a liberdade de ação do internado estão fortemente limitadas.

A grande contribuição que Goffman (2001) pode oferecer ao estudo de subjetividade social está relacionada à possibilidade de aproximação à rotina das instituições de reclusão e de construção de um outro olhar sobre elas e os profundos impactos sobre seus participantes. Apesar de tratar da especificidade de um hospital psiquiátrico, o autor elaborou certos conceitos sobre sua dinâmica que também podem ser utilizados em análises mais amplas e gerais da sociedade, sobre outros tipos de instituições e como processos formadores da personalidade, que nos levam a pensar sobre os processos representacionais mais amplos.

Em termos de representações sociais, considerando-se as contribuições de Foucault e Goffman trazidas até então, o principal expoente refere-se ao pensamento de Moscovici (2009) presente na obra das Representações Sociais, em que é interessante reconhecer uma inflexão utilizada para descrever o conjunto de “pensamentos-ambientes” relativamente autônomos e descolados da estrutura social, que certamente nos ajuda a somar na compreensão das bases da noção de subjetividade social, não estando esse conjunto de representações conscientemente prontamente acessíveis aos indivíduos.

O tema da relação entre grupos, atos e ideias está presente desde sua tese de doutorado publicada em 1961, com reedição revisada em 1976. Moscovici (2009) resgata o conceito de

representações coletivas, inicialmente proposto por Émile Durkheim e pouco considerado por seus contemporâneos. O autor estudou as diversas maneiras pelas quais a psicanálise era representada, difundida e propagandeada pela discussão sobre a relação entre linguagem e representação.

A título especulativo acredito que não insistindo na possibilidade de diferença entre representações e subjetividade social, o autor pretende mostrar que as ideias, embora cotidianas e variáveis, podem também ser universais porque se perdem nos discursos coletivos, preexistindo à relação social, em um ambiente fortemente marcado pelo cultural. A consequência disso gera certa “autonomia” que se desloca da estrutura social e material, suprimindo o sujeito, como no exemplo a seguir:

Se examinarmos as representações como um todo que deve aparecer como contínuo e interna para a sociedade e para a realidade, e não como seu duplo ou sua reflexão.

Neste sentido, uma representação é, ao mesmo tempo, tanto uma imagem e uma coisa textura imaginado, o que representa não só o significado das coisas que coexistem, mas preenche os espaços que são invisíveis ou ausente destas coisas ( Moscovici, 2003, pág 133)

Se por um lado, Moscovici (2000) reconhece que as representações são uma produção humana, apesar disso, continua a usar a noção de subjetividade como voltado a seu aspecto cognitivo-simbólico (ideia próxima a de Vigotski, 1999), e não deixa claro a sua compreensão e definição daquilo que considera enquanto subjetivo. A consideração das representações sociais como produção subjetiva tem sido particularmente explícita por Moscovici em alguns de seus trabalhos dos últimos anos, como a passagem a seguir.

Moscovici (2000): "Nós não devemos duvidar, então, tratar as representações como construções intelectuais pensei, como eles se relacionam com emoções coletivas que os acompanham ou a que ativam (...)” ( Moscovici, 1998, p.133).

A ênfase nas naturezas simbólicas e emocionais, relacionadas às representações sociais cognitivas é perceptível nas citações anteriores. O problema sobre as considerações é que as representações são consideradas enquanto construções. Assim as emoções são externas à própria representação, apenas acompanhando a emoção social existente, ou que são causadas por elas, embora ele atribua significado emocional. Além disso, Moscovici (2003) considera o aparecimento simultâneo de representações da sociedade e da realidade, ignorando o caráter ativo e gerador do indivíduo, presente na ideia de subjetividade social.

A parte do pensamento de Moscovici (2000) relacionada ao caráter gerador e imaginário das representações sociais me parece ter sido pouco explorada, deixando brecha para que a Teoria da Subjetividade de González Rey (2004) pudesse explorar melhor tais questões, onde a possibilidade de estudar as representações sociais através de opiniões individuais por meio de respostas conscientes e diretas tem-se mostrado limitada, sendo analisada de forma crítica, com particular ênfase em algumas de suas próprias obras posteriores.

A tradição da teoria das Representações Sociais encontra dificuldade para organizar uma definição psicológica adequada do que é uma representação, em que as categorias de Moscovici (2000), mostram-se desdobradas de uma psicologia muito tradicional, que não se preocupa com a originalidade do seu trabalho, justamente por se referir a certas questões que envolvem a “psique” e uma concepção de indivíduo que não tem melhores referências conceituais para apoiar a sua posição, apesar disso, é interessante percebermos a importância e os desdobramentos dos trabalhos de Moscovici.

Podemos concluir que as representações sociais não podem ser vistas como um campo a priori acima das relações entre as pessoas; estes são como formas dominantes da institucionalização do espaço da subjectividade social, mas, estes são modificados no decorrer de relações que ocorrem em diferentes espaços. Me parece que paradoxalmente,

sujeitos são responsáveis pela abrangência das representações sociais, como um meio privilegiado de expressão da subjetividade social. Sendo assim, elaboram diferentes significados subjetivos que são integrados no decurso das atividades em que as representações sociais dominantes aparecem em cada espaço social.

Processos subjetivos são indissociáveis dos diferentes processos objetivos; sendo todos expressos direta ou indiretamente no nível subjetivo, uma vez que a subjetividade é inseparável do curso de todos os processos em uma dada sociedade. O conceito de subjetividade social, para analisar as representações sociais como um sistema de produção ilimitado, em que as representações sociais representam um caminho de estudo.

## CAPÍTULO III: SUBJETIVIDADE SOCIAL EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Considerando a Psicologia Social tradicional que se preocupava com estudos de grupos; questões específicas da conduta; o ajustamento social; as atitudes; o estereótipo; as relações interpessoais e etc., porém, sem vinculá-los a seus contextos histórico-culturais. Pensando também em bases de descrições e explicações de dados, como o não questionamento do papel da ideologia e das relações de classe, surgiu um movimento no próprio interior da Psicologia Social questionando essas robustas posturas e concepções.

O constante distanciamento dos modelos predominantes na Psicologia Social dos problemas sociais, bem como sua incapacidade de dar respostas a estes problemas levaram um grupo de Psicólogos Sociais a questionar seus objetivos, concepções, ações e resultados. Este movimento na Psicologia Social defendia a diversidade cultural e enfocava o contexto e a ideologia como questões que deveriam ser centrais na área. Preocupava-se também com uma relação mais crítica, ativa e comprometida dos Psicólogos com os problemas sociais.

Principalmente na América Latina, levaram a uma nova rota de construção de uma Psicologia Social crítica, contextualizada, preocupada com os problemas sociais e, mais que isso, comprometida com mudanças sociais, como a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. “As experiências desses países demonstravam que fazíamos parte de um movimento histórico, no qual a “crise” e a crítica da Psicologia Social nos levava a procura de novas bases epistemológicas e metodológicas para as pesquisas”(Lane 1995, p.72).

Como representantes dessa corrente, temos o já desenvolvido aqui Martín-Baró. Temos também a título de citação Maritza Montero e Sílvia Lane que desenvolveremos a seguir. Suas obras estão voltadas para a construção de uma Psicologia Social crítica,

preocupadas com a realidade dos povos da América Latina e com os caminhos de mudança dessa mesma realidade. Nessa perspectiva se evidencia a participação social e a busca pelo desenvolvimento da consciência. Em suas considerações, Sílvia Lane(1986) afirmava que o fundamental neste momento da Psicologia é rever sua prática, pois a teoria e prática devem vir juntas. Não se pode dividir a psicologia social em ciência aplicada e pura.

Lane (1984) é a mais importante teórica da Psicologia Social brasileira e por isso nos dedicaremos mais especificamente a ela nesta parte do trabalho. Suas ações e reflexões marcaram a ciência, elevando-a a práxis científica engajada, ética e esteticamente com a luta contra todas as formas de exclusão social. Porém, não fez dela a redenção dos males sociais, mas a entrelaçou à Filosofia e à Sociologia, construindo, a partir de pesquisas sobre a realidade nacional, um referencial teórico-metodológico crítico e interdisciplinar capaz de superar a cisão entre objetividade e subjetividade e entre homem e sociedade, assim como a Teoria da Subjetividade de González Rey (2003, 2004).

Para Silvia Lane (1984), o social determina os processos psíquicos ainda que se posicione favoravelmente em relação à necessidade da integração dialética entre o subjetivo e o objetivo e entre o e social e o individual. A aproximação de Lane em relação ao conceito de emoção levou a autora a um reconhecimento crescente da criatividade e do posicionamento ativo, na qual buscou compreender o papel da experiência cotidiana e do sentido que o indivíduo lhe atribui, demonstrando a relação entre estas e os fatores emocionais.

Os posicionamentos teóricos também têm histórias que emergem de forma indireta em novos momentos de criação, mesmo já com um conhecimento mais aprofundado, Lane (1981) se orienta com força ao tema da afetividade e, com ele, à produção de conceitos que ela considerava importantes para superar a dicotomia entre o social e o individual, algo que

tinha caracterizado sua própria obra em momentos anteriores, aproximando-se da ideia de subjetividade social.

Lane (1981), de forma explícita, destaca o trânsito da identidade como conceito central de seu arcabouço teórico para compreender a relação entre o social e o individual, em que a consciência passa a ser um conceito importante em seus estudos, por tratar-se de uma das categorias fundamentais do psiquismo humano, tais como: a atividade, a consciência e a identidade. Com isso, contrastante com o que foi apresentado anteriormente em relação às possibilidades de subjetividades sociais alienantes, aqui se faz interessante pensa-las de forma contrária.

Como poderíamos pensar a subjetividade social enquanto instrumento emancipador e capaz de influenciar pró ativamente os sujeitos? Provavelmente a respostas esteja relacionada a um contexto cultural bastante diferente do inóspito a qual nos encontramos; um contexto que favoreça a autonomia, crescimento, desenvolvimento e estudos dos sujeitos capazes de ser e fazer mudanças construtivas e positivas em suas vidas e conseqüentemente em seu meio. "Sílvia, certamente ficaria muito decepcionada se os conhecimentos atualmente produzidos fossem apenas repetições, reproduzidos sem o olhar crítico e a atitude criativa que ela prioriza(va) como condições indispensáveis na produção do conhecimento" (Sawaia, 2002, p.35).

Discutir possíveis contribuições ao projeto de construção e/ou aprimoramento de uma Psicologia Social, voltada à crítica do social e do político alinhada ao pensamento contemporâneo e que privilegie temas como poder e subjetividade, encontra-se um ambiente favorável de reflexão, de flexibilidade intelectual, onde o trabalho de Lane (2003) representou um sistema de pensamento em movimento, que, de forma estreita, se apoiou na

pesquisa de campo para a formulação dos seus novos pensamentos, permitindo esta aproximação entre o pensamento de Lane e de González Rey.

Pensar criticamente a exclusão, não como algo natural, mas como um mecanismo de produção da desigualdade social mantedora de um sistema, impõe um mergulho na complexidade e nas controvérsias do mundo atual, o que certamente implica em uma discussão de valores e dos múltiplos efeitos da ordem capitalista sobre a vida das pessoas, que foram foco de aprofundamento da autora Bader Sawaia (2002).

Essa autora considera que especialmente nos anos 80, as questões de ordem política eram evidenciadas em relação à problemática do combate às situações de exclusão. Relata que as discussões que entraram em cena enfatizavam os movimentos sociais pela democratização da sociedade, a segregação urbana e a análise da falência das políticas sociais em todos os sentidos. Já nos anos 90, o conceito de exclusão social ganhou mais dinâmica, explorando a multidimensionalidade dos dispositivos hegemônicos que bloqueiam as possibilidades de inserção social, atrapalhando aos indivíduos no exercício de uma cidadania social ativa.

Pensar criticamente sobre os mecanismos que agenciam diversas circunstâncias em que pessoas e grupos vivem a situação de exclusão contemporaneamente, desconstruindo a simplificação da relação entre exclusão e desigualdade social, vinculada à oposição ordem/desordem, já apresentada aqui com auxílio de Foucault(1979), aponta para uma organização social diferenciada, ou seja, para uma compreensão de sociedade fragmentada, em que os valores não se vinculam mais a um modelo único, mas a múltiplos processos sociais excludentes.

Os processos de inclusão precária e instável e os múltiplos movimentos sociais por cidadania, movimentos ético-políticos que discutem o tipo de sociedade que está em construção, são exemplo, de ideias que se relacionam intimamente com os desdobramentos

da noção de subjetividade social, em que qualquer sujeito inserido na sociedade, se posicionará ativamente frente à realidade e suas próprias representações.

Sawaia (2002) afirma: “é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu”. (Sawaia, 2002, p. 98, 99). Porém, esse sujeito não é o culpado nem o benfeitor de sua situação de vida e pela desigualdade social a qual partilha. É preciso ter cuidado para não criar um problema, onde se o sujeito é objeto que não pode ter atitude frente às determinações sociais, não há lugar para a ideia de transformação da sociedade ou individual, uma vez que a subjetividade não pode ser vista como efeito mecânico da presença do capitalismo e a individuação, exclusivamente a subjetivação de processos sócio históricos de submissão.

Tendo isso em vista, as políticas públicas por seu caráter abrangente, geralmente são consideradas enquanto antagônica à subjetividade e à singularidade. Em meio a esse debate, a Psicologia está, cada vez mais, sendo convidada a participar das políticas públicas de superação da desigualdade social, principalmente na área da assistência social. Para Sawaia (2002) o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor e apêndice da sociedade.

Enquanto psicólogos, temos o firme propósito de assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em nossas atuações em comunidade, em movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem como em outras ações de caráter coletivo, e enfrentamos dificuldades geradas pela falta de referencial analítico que oriente as práticas, extrapolando a noção teórica desse trabalho, algo que já é bem desenvolvido por outras ciências humanas e sociais. O psicólogo geralmente por medo do psicologismo e da redução do indivíduo a si mesmo, isolado do social, tende a abandonar o sujeito, suas emoções e tudo o que representa o singular.

Agora pensando em termos da projeção da psicologia crítica no panorama internacional, Ian Parker (1995) considera que a psicologia crítica apenas apresenta-se como uma "alternativa" para uma abordagem positivista, precisamente atraindo e depois sucumbindo a uma série de oposições estruturais que possuem lugar na disciplina da Psicologia. Aqui estamos em certo sentido, lidando com as oposições conceituais que podem ser analisadas como propriedades discursivas frente à disciplina, ou seja, as propriedades discursivas que merecem certos tipos de prática fora dos departamentos acadêmicos baseados em conhecimento psicológicos.

Ian Parker (1995) considera que o caráter "científico" da psicologia é assumido por papéis partidários e em seguida, seus adversários, como sendo representativos da medição desse propósito, consideram apenas a pesquisa quantitativa, e como consequência, o "psicólogo crítico" pode supor que eles só precisam voltar para a pesquisa qualitativa, talvez para análise do discurso, a fim de ser uma "alternativa" diferente. Quando troca de posições, no entanto, deixam a planta básica da disciplina inalterada. Parker(1995) afirma que ao mesmo tempo, nós cuidamos para sermos críticos a cada alternativa, e isso inclui uma série de avaliações de seu trabalho a partir dos diferentes radicais.

O fato é que agora estamos diante de um momento diferente, uma conjuntura diferente, em que quando se diz que é um "psicólogo crítico" na Grã-Bretanha, por exemplo, não significa algo tão grande, pois já existem componentes dos cursos de graduação que prometem fazer "psicologia crítica" ou "crítica social da psicologia".

O autor considera que as disciplinas de psicologia são provavelmente resistentes o suficiente para provocar a produção de pesquisadores que terão o prazer de trabalhar em sua própria área de nicho e pouco pensando nas "ambivalências" do desenvolvimento de uma psicologia crítica, que precisa ser combatida. O problema então é triplo: primeiro, a ligação

entre a "crítica" e o "discurso" da psicologia, de modo que parece que só se pode ser "crítico" se considerar os estudos de línguas e evitar a prática.

Em segundo lugar, o giro do foco do trabalho crítico em distância da disciplina, que volta para os temas usuais de investigação psicológica, de modo que as diversas categorias da pessoa que a psicologia geralmente gosta de examinar agora são examinados, com olhos mais críticos e por aqueles que fazem psicologia crítica ou discursiva. O terceiro ponto, abarcado por alguns das noções terapêuticas de modo que a introdução da "pesquisa qualitativa" também opera simultaneamente como um substituto para o trabalho crítico e como uma simples mudança de foco da medição de significado, como se a simples mudança correspondesse a uma mudança em algo mais radical.

A Psicologia crítica não deve ser definida como sempre "relativista" (embora possa tratar bem toda a disciplina por fatos como construções sociais) ou como "realista" (embora possa querer dar conta das condições sociais subjacentes que dão origem a certas ideias na disciplina) (Parker, 1998, p.3).

Podemos observar que Parker (1998) faz uma crítica da própria psicologia crítica, ou seja, podemos pensar seu trabalho enquanto uma meta psicologia crítica, preocupada com os pressupostos e as diferentes questões que estão envoltas na teia deste jogo. A partir dessa ideia, como poderíamos, enquanto perpassados por diferentes aspectos da subjetividade social, pensar para além dela? Uma crítica em relação a questões da subjetividade social parece algo relativamente simples, a questão que aparece aqui é como fazer com que a subjetividade social possa de alguma forma criticar a si mesma.

Parker (1998) considera que devemos levar a sério toda e qualquer crítica à Psicologia, todo e qualquer desafio à ideologia e ao poder, pois é somente nessa base que vamos ser capazes de vincular a variedade de atividades radicais dentro e fora dos limites da

Psicologia, de dentro e contra a disciplina e construir um campo de debate onde as diferentes posições teóricas e iniciativas práticas podem ser desenvolvidas, discutidas e elaboradas.

Atividade crítica não pode ser levada a cabo por indivíduos que trabalham de forma independente, e é por isso que os psicólogos críticos precisam de suas próprias instituições, porém, é uma identidade que é dada pela tentativa de entender o que a Psicologia faz em vez de adesão a um clube que pensa que já sabe.

A psicologia social crítica poderia ocupar-se de participar, através de seus agentes (pesquisadores/ as, psicólogos/as, estagiários/as), das transformações da subjetividade social. Contribuindo para transformar relações e o poder em relações de autoridade compartilhada, através de práticas dialógicas; a idéia regulatória presente nessas práticas refere-se à política da democracia sem fim nas relações. Neste sentido, a qualidade dos sistemas de relações constituídos, a assimilação das diferenças são estímulos ao crescimento daqueles que a constituem, confrontando as diferenças, na existência de um clima de diálogo formando por alguns dos fatores que participam de forma decisiva na constituição de formas de subjetividade social.

As diferentes formas de constituição da subjetividade social não apenas são a intenção explícita que as anima, senão também pelas características de seu funcionamento real, muitas vezes oculto ao discurso pelo qual se definem. A psicologia social crítica pode ocupar-se de discutir e problematizar as transformações da subjetividade na auto organização no âmbito da política das relações, ou seja, nos encontros. As práticas dialógicas podem efetivar-se em programas, por exemplo, na parte importante dos processos.

Para tanto, a psicologia social crítica deverá revelar-se criativa, apreendendo junto com os atores do campo de possibilidades, através do reconhecimento da autoria individual e coletiva, bem como a potencialização de relações. A subjetividade social não parece ser incompatível com a psicologia social crítica, pelo contrário, a subjetividade social encontra-

se constituída de forma diferenciada ao nível da subjetividade individual, apenas não se esgota nesta, caracterizando os fenômenos subjetivos que se manifestam nos diferentes níveis de organização de uma sociedade concreta. Assim a subjetividade social é uma ferramenta da psicologia social e impacta nesta, independentemente das diferenças individuais dos membros, produzindo um conjunto de sentidos subjetivos e formas de expressão que definem a subjetividade social dominante na crítica que faz a si mesma, buscando ampliar o horizonte de inteligibilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer as influências por meio das quais nosso “pensar psicológico” se constrói significa refletir sobre o porquê pensamos da maneira que pensamos, ajudando a ter uma visão mais clara e crítica em relação a diferentes fenômenos. Várias ciências possuem em sua construção explicativa uma visão de homem específica, ou do problema que desejam investigar e com a Psicologia não é diferente, embora existam divergências quanto à delimitação deste problema, onde cabe ao profissional de Psicologia compreender as raízes de seu pensamento para que possa questionar sobre o trabalho que está desenvolvendo.

Este trabalho pretende nos permitir ir além de uma definição genérica e vaga de sociedade, como também da negação da organização social complexa que nos impacta para além de nossa individualidade e que não se reduz nem ao contexto, nem às práticas de relação atuais pessoais. Na realidade o que está em jogo é a emergência de uma proposta teórica que procura legitimar seu espaço próprio enquanto construtora de conhecimento.

O desenvolvimento de diferentes formas de pesquisa está ganhando espaço em todas as Ciências Sociais e na Psicologia especialmente, ainda que nem sempre os autores explicitem as contradições de seus caminhos na pesquisa, o que frequentemente os conduz a omitir posições necessárias para o respaldo dessas pesquisas. A discussão teórica deve ser inseparável do debate epistemológico e metodológico, procurando se orientar pela abertura de novos caminhos.

É nesse nível teórico que subvertemos o dominante processo de transformar o que aparece com toda sua força na motivação da subversão e da transformação do conhecimento já estabelecido. Esse processo não é apenas cognitivo e representa a expressão de uma configuração subjetiva cujas formas de expressão sempre serão fonte de novas configurações e caminhos no tecido da subjetividade social (González Rey, 2012).

O processo de construção da informação leva à construção teórica de uma configuração subjetiva própria do pesquisador, que é uma categoria que se organiza no curso da pesquisa. É esse modelo de conhecimento que se organiza em decorrência de modelo hipotético que avança no curso do que é produzido sobre a informação e as ideias, o que definimos como modelo teórico. Esse caminho representa o processo de pesquisa e implica outras reflexões epistemológicas com importantes desdobramentos metodológicos. Uma importante reflexão é a ênfase na consideração do singular como fonte legítima de generalização teórica.

A generalização aparece pela capacidade teórica que um modelo adquire de explicar questões em estudo que não existiam antes das construções geradas por esse encontro com uma informação própria. As categorias teóricas, como a exemplificada aqui de subjetividade social, definem sua generalidade pelo valor heurístico em produzir novos significados e novas ideias. Os resultados indutivos são desejáveis, pois geram significados sobre questões que às vezes só são possíveis por essa via.

(...) trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual também é constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade. Temos que substituir a visão mecanicista de ver a cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam, para passar a vê-los como fenômenos que, sem serem idênticos, se integram como momentos qualitativos da ecologia humana em uma relação de recursividade (González Rey, 2003, p.78).

Este trabalho relaciona o desenvolvimento atual da Teoria da Subjetividade, com ênfase na categoria de subjetividade social, que nos fornece uma representação do subjetivo para conceder um novo estatuto ontológico da psique humana, que só é possível sob as condições de cultura. Este estatuto ontológico é baseado na unidade indissolúvel que

caracteriza as diferentes atividades humanas e configurações simbólicas e emocionais de formas diferentes, simultâneas, aos processos individuais e sociais.

Pensando nesse ponto da história e cultura, podemos perceber no início do trabalho que uma compreensão teórica não se desenvolve no vácuo, ela está intimamente ligada ao seu contexto mais amplo e é fruto de uma processualidade de influências que lhe permite condições para se desenvolver, e com a categoria de subjetividade social não poderia ser diferente. Se retomarmos a ideia de que as próprias categorias com as quais pensamos a história também são produtos da história, podemos considerar que essas não apenas se transformam, mas também transformam a nós mesmos e a nossa maneira de conhecer e interpretar o que quer que seja.

Podemos tomar muitos caminhos teóricos diferentes dentro dessas atividades compartilhadas socialmente, onde é impossível definir uma maneira certa de pensar. A subjetividade social tem sido historicamente fundamentada por outros autores em termos associados ao conhecimento e produções conscientes, em vez de voltar para a motivação dos agentes sociais e individuais. Temos modelos de conhecimentos e comportamentos simbólicos que têm sido frequentemente utilizados como justificativa ontológica.

O lugar central que comumente atribuímos à imaginação e ao intelecto que se autodenomina, dá especial importância à teoria dentro de uma definição científica inspirada na condição humana do pesquisador e do próprio processo de investigação, o que excede uma tentativa de ciência preocupada com o controle da condição subjetiva da pesquisa para a sua objetividade. A imaginação é uma qualidade fundamental na compreensão da produção subjetiva, permitindo definir como intrínseco à opinião de configuração de todo o processo psíquico comprometidos com o curso de ação no estabelecimento de qualquer tipo de opinião.

A ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro (González Rey, 2003, p.224).

Deste modo, podemos concluir que as Ciências Humanas tem uma estreita relação e necessitam estar constantemente sendo estudadas para uma melhor compreensão de homem. Além disso, ambos os estudos podem propiciar ao homem um maior autoconhecimento e melhorar as relações intersubjetivas.

Já dissemos aqui que os espaços sociais se configuram e reconfiguram de forma permanente e por diferentes vias, se configurando de maneira imprevisível para uma compreensão a partir da subjetividade social. Porém, por mais que todas as propostas apresentadas em relação aos espaços sociais nos ajudem a interpretar, levantar hipóteses e melhor compreender aspectos da subjetividade social, em certo sentido, todas essas propostas tratam de âmbitos diferentes daquele pensado por González Rey (2005), se afastando assim da sua proposta teórica.

Martin-Baró (1998) se aproxima de González Rey (2004) quando considera que a socialização representa processos psicossociais nos quais o indivíduo se desenvolve historicamente, por outro lado, a análise do processo de socialização se desenvolve conforme a estrutura social na subjetividade humana, uma ideia que não faz parte do pensamento de González Rey, o que indica que quaisquer relações se promovem a partir de suas próprias características, longe da noção de subjetividade social.

Já Foucault (1979) considera que cada sociedade tem seu regime de funcionamento próprio e particular a partir dos discursos, anulando a noção de sujeito enquanto ativo e produtor e gerador dos aspectos de sua subjetividade. As análises institucionais, porém, assim

como as de Goffman (2001), trazem reflexões aos sistemas instituídos e desdobramentos para a reflexão e entendimento da subjetividade social, pois, à medida que evoluem em sua progressão histórica, marcam profundamente os modos de ser dos diferentes sujeitos situados.

Moscovici (2003) reconhece que as representações são uma produção humana, mas utiliza a noção de subjetividade como focada em seu aspecto cognitivo-simbólico, perdendo suas eventuais emergências e contradições, não deixando claro a sua compreensão e definição daquilo que considera enquanto subjetivo. Podemos concluir que as representações sociais não podem ser vistas como um campo a priori acima das relações entre as pessoas e é nesse particular que temos um vácuo em relação à subjetividade social.

O poder, por exemplo, deve ser entendido como uma relação flutuante, não estando numa instituição e nem em alguma pessoa específica, já o saber se encontra numa relação de diferentes formas e conteúdos. Assim, para melhor compreender as relações de poder é preciso considerar a força, o entrecruzamento de um e de outro, poder e saber, que são partes constitutivas do sujeito. Mas a percepção, muito embora difusa, da natureza de classe da sociedade capitalista, que funda e atravessa os antagonismos sociais, superpondo-se às demais diferenças, é o elemento que permite às diferentes classes se articular e construir uma ação comum.

Consideramos que o social em sua complexidade se constitui em formas singulares de ação, tanto individuais, como sociais, que tem como característica a configuração particular da subjetividade social e individual. Este trabalho parece ter aberto um novo e interessante campo de pesquisa, onde as possibilidades de relação entre a noção de subjetividade social e a psicologia social crítica estão para além de uma rápida constatação de que nada podem trazer uma a outra, mas possibilitam um exercício de desenvolvimento em múltiplas direções.

Pensar criticamente impõe um mergulho na complexidade e nas contradições do mundo atual, o que certamente implica em uma discussão de valores e dos múltiplos efeitos da ordem social vigente sobre a vida das pessoas, que foram um ponto de aprofundamento da autora Bader Sawaia (2002). Vale ressaltar que suas evoluções teóricas estão principalmente marcadas num campo da prática, onde as ações citadas acima se fazem, perfilando o caráter vivencial de compreensão e interpretação a partir da subjetividade social.

Silvia Lane (1984) se aproxima de González Rey (2004) no exercício de pensar um contexto diferenciado, que favoreça a autonomia, crescimento, desenvolvimento e estudos dos sujeitos capazes de ser e fazer mudanças construtivas e positivas em suas vidas e consequentemente em seu meio. A grande questão aqui então passa a ser o passo seguinte, como viabilizar isso, já que possuímos diferentes ferramentas teóricas capazes de fornecer leituras e pareceres em relação aquilo que já possuímos.

Pudemos observar que Parker (1998) faz uma meta psicologia crítica, preocupada com os pressupostos e as diferentes questões que estão envoltas na teia do social. A partir dessa ideia, possibilita uma crítica em relação à subjetividade social, no sentido de como fazer com que a subjetividade social possa de alguma forma criticar a si mesma, prevenindo de tornar-se uma compreensão engessada e livre de críticas e contradições, mesmo que esta nunca tenha sido uma pretensão de González Rey. Seu caráter dinâmico e auto reflexivo parece um excelente caminho para o futuro e para a Teoria da Subjetividade.

Este trabalho teve a intenção de expor de maneira clara como as concepções sociais se formaram em múltiplas perspectivas, com relação à categoria de subjetividade social, em que permitisse um aprimoramento das ferramentas para pensar o sujeito. Essa proposta reflete de forma crítica, colocando em jogo ao psicólogo uma reflexão sobre a forma em que este entende sua própria perspectiva de ser humano e as diferentes maneiras e possibilidades de

pensa-la. Mais do que conclusões, gostaria de deixar abertas essas reflexões aos leitores e muito me agradaria que elas pudessem incentivar debates, caracterizados pelos temas emergentes que a Psicologia Social está desenvolvendo contemporaneamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castoriadis, C. (1975) *The Imaginary Institution of Society*, Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1979) *Modern Capitalism and Revolution in two volumes*.
- Foucault, M. (1996) *A Ordem do Discurso – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo. Ed. Loyola.
- \_\_\_\_\_. (1979) *Microfísica do Poder*. São Paulo: Ed. Graal.
- \_\_\_\_\_. (2008) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1971) *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New York. Harper and Row.
- \_\_\_\_\_. (1975) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*.
- Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.
- \_\_\_\_\_. (2001) *Manicômios, Prisões e Conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gómez, A. D. & González Rey, L. F. (2002) *Subjetividad: una perspectiva histórico cultural. Conversación con el psicólogo cubano Fernando González Rey*. Universitas Psychologia.
- González Rey, F. L. (1993) *Problemas epistemológicos da psicologia*. México: D.F. Colégio de Ciências Sociales Plantel Sur. Universidad Autónoma de México.
- \_\_\_\_\_. (2002) *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson.
- \_\_\_\_\_. (2003) *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- \_\_\_\_\_. (2004) *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis. Vozes.

\_\_\_\_\_. (2005) *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.

\_\_\_\_\_. (2007) *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.

\_\_\_\_\_. (2012) *O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo–sociedade numa perspectiva cultural–histórica da subjetividade*.

\_\_\_\_\_. (2013) *O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia?*.

Lane, S. T. M. (1981) *O Que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (1984) *A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia*. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo, SP: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (2003) *Emoções e pensamentos: uma dicotomia superada*. In A. M. B. Bock (Org.), *A Perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia* (Vol. 1, pp. 100-112). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martin-Baró, I. (1989) *Sistema, grupo y poder*. *Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA.

\_\_\_\_\_. (1998) *Psicologia de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.

\_\_\_\_\_. (2005) *Accion e Ideologia. Psicologia Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA.

Marx, K. (1998) *Manifesto Comunista*. Boitempo Editorial. Trad. Álvaro Pina.

\_\_\_\_\_. (1988) *O capital*. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural.

Mitjáns Martínez, A. (2005) *A Teoria da subjetividade de González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na Psicologia*. In: F. L. González Rey, (Org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Thomson.

Morin, E. (1999) *Por uma reforma do pensamento*. PENA-VEJA, A. E.P Nascimento, (Orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond.

\_\_\_\_\_. (2008) *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil.

Moscovici, S. (2000) *The history and actuality of social representations*. Original publicado em inglês em 1998) In G. Duveen (org) *Social Representations. Explorations in social psychology*. Pp 120 – 155. Polity Press. Cambridge

\_\_\_\_\_. (2003) *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes.

Parker, I., Georgaca, E., Harper, D., McLaughlin, T. & Stowell-Smith, M. (1995) *Deconstructing Psychopathology*. London: Sage.

Parker, I. (1992) *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London and New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. (1998) *Social Constructionism, Discourse and Realism*. London: Sage.

Sawaia, B. (2002) *Exclusão ou Inclusão perversa? As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Vygotsky, L.S . (1999) *Formação Social da Mente*. SP, Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2008) *Pensamento e Linguagem*. SP, Martins Editora.